



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA MINERVA S.A. PARA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2016, ÀS 10H**

22 de dezembro de 2015

MINERVA S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2016, ÀS 10H

Proposta elaborada pela administração da Minerva S.A., nos termos e para os fins da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada.

22 de dezembro de 2015

MINERVA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 67.620.377/0001-14

NIRE 35.300.344.022 – CVM 02093-1

ÍNDICE DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA MINERVA S.A. PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2016

1.	OBJETO	4
2.	CONVOCAÇÃO DA AGE	5
3.	LOCAL DA AGE	5
4.	INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGE	5
5.	INSTALAÇÃO DA AGE	7
6.	DELIBERAÇÕES	8
7.	ATA DA AGE	8
8.	ORDEM DO DIA	9
8.1.	Ratificação da aquisição do controle acionário das sociedades Red Cárnica S.A.S. e Red Industrial Colombiana S.A.S., concluída, sob condição resolutiva, em 25 de agosto de 2015, em atendimento ao disposto no artigo 256 da Lei das S.A.	9
8.2.	alteração do artigo 5.º, e do <i>caput</i> e do artigo 6.º do estatuto da Companhia para contemplar a cifra atual do capital social, o número de ações emitidas e a quantidade de ações que ainda podem ser emitidas por deliberação do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado	13
9.	Conclusões.....	16
10.	Documentos para consulta	16

MINERVA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 67.620.377/0001-14

NIRE 35.300.344.022 – CVM 02093-1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2016

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da **MINERVA S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, no prolongamento da Avenida Antonio Manço Bernardes, s/n.º, Rotatória Família Vilela de Queiroz, Chácara Minerva, CEP 14.781-545, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.620.377/0001-14, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.344.022, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 02093-1 (“Companhia” ou “Minerva”), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e do artigo 6.º da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”), submeter à apreciação da assembleia geral extraordinária da Companhia, que se reunirá, em primeira convocação, no dia 22 de janeiro de 2016, às 10h, na sede social da Companhia (“AGE”), a seguinte proposta (“Proposta”):

1. OBJETO

Levando-se em consideração os melhores interesses da Companhia, a presente Proposta ora submetida aos Srs. acionistas compõe-se dos seguintes itens, constantes da ordem do dia da AGE:

- (i) ratificação da aquisição do controle acionário das sociedades Red Cárnica S.A.S. e Red Industrial Colombiana S.A.S., concluída, sob condição resolutiva, em 25 de agosto de 2015, em atendimento ao disposto no artigo 256 da Lei das S.A.; e
- (ii) alteração do artigo 5.º e do *caput* e do artigo 6.º do estatuto da Companhia para contemplar a cifra atual do capital social, o número de ações emitidas e a quantidade de ações que ainda podem ser emitidas por deliberação do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado.

Desse modo, as seções que seguem analisarão os itens acima enumerados, constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, com as justificativas que levaram a administração a formular a presente Proposta.

2. CONVOCAÇÃO DA AGE

Nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., a AGE será convocada por anúncio publicado nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia.

De acordo com a Lei das S.A., a primeira publicação do anúncio de convocação de assembleia geral de companhias abertas será realizada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da assembleia geral, no Diário Oficial do estado onde se localiza a sede da companhia e em jornal de grande circulação editado no local da sede. Adicionalmente, o art. 8º da Instrução CVM n.º 559, de 27 de março de 2015, determina que a companhia que emitir ações que sirvam de lastro para programa de *Depositary Receipts* patrocinado, deve convocar a assembleia geral com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

No caso específico da Companhia, considerando a emissão de *American Depositary Receipts* patrocinados, a convocação da AGE deve ser realizada com antecedência de 30 (trinta) dias, por meio de publicação, por 3 (três) vezes, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal “O Diário” e no jornal “O Estado de S. Paulo”.

3. LOCAL DA AGE

A AGE será realizada no edifício da sede da Companhia, localizada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo, no prolongamento da Avenida Antonio Manço Bernardes, s/n.º, Rotatória Família Vilela de Queiroz, Chácara Minerva, CEP 14.781-545.

4. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGE

Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., e do artigo 10, § 5.º do estatuto da Companhia, para participar da AGE os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos:

- (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso;
- (ii) comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das

ações da Companhia, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGE;

- (iii) procuração com reconhecimento de firma do outorgante, em caso de participação por meio de representante; e/ou
- (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGE caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGE deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1.º da Lei das S.A.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1.º e § 2.º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante.

Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados na AGE por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1.º da Lei das S.A.; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

Para fins de melhor organização da AGE, nos termos do § 5.º ao artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia solicita aos Senhores Acionistas que depositem os documentos necessários para participação na Assembleia Geral, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail ri@minervafoods.com ou por fax: +55 (17) 3323-3041.

Ressalta-se que os Senhores poderão participar da AGE ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem tais documentos na abertura da AGE, conforme o disposto no § 2.º do artigo 5.º da ICVM 481/09.

Antes de abrirem-se os trabalhos da AGE, os acionistas ou os representantes dos acionistas assinarão o “Livro de Presença”, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares (Lei das S.A., art. 127).

5. INSTALAÇÃO DA AGE

Como regra geral, enunciada no artigo 125 da Lei das S.A., as assembleias gerais instalam-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Por outro lado, as assembleias gerais extraordinárias que tenham por objeto a reforma do estatuto social somente serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações representativas de, pelo menos, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, nos termos do artigo 135 da Lei das S.A.

Nesse sentido, uma vez que as matérias a serem deliberadas pela AGE importam a reforma do estatuto social, a instalação do conclave somente ocorrerá, em primeira convocação, na hipótese de presença de acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social.

Se não for possível instalar a AGE em primeira convocação, novos anúncios de convocação serão publicados pela Companhia e a AGE poderá ser instalada, em segunda convocação, com a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com direito a voto.

6. DELIBERAÇÕES

As deliberações das assembleias gerais de acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, desconsideradas as abstenções (art. 129 da Lei das S.A.).

Em situações excepcionais, a Lei das S.A. determina que as deliberações sejam tomadas pelo voto favorável de acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, metade das ações com direito a voto (art. 136 da Lei das S.A.).

Como nenhuma das matérias da pauta da AGE compõe o suporte fático das hipóteses de maioria qualificada previstas na Lei das S.A., todas as deliberações da AGE serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não computadas as abstenções (art. 129 da Lei das S.A.).

7. ATA DA AGE

Os trabalhos das assembleias gerais são documentados por escrito em ata lavrada no “Livro de Atas das Assembleias Gerais” e que será assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes (Lei das S.A., art. 130, *caput*). Embora recomendável que todos os acionistas presentes assinem a ata, ela será válida se for assinada por acionistas titulares de ações suficientes para constituir a maioria necessária para as deliberações da assembleia geral (Lei das S.A., art. 130, *caput*).

É possível, desde que autorizado pela assembleia geral, lavrar a ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas (Lei das S.A., art. 130, § 1.º). Nesse caso, os documentos ou propostas submetidos à assembleia, assim como as declarações de voto ou dissidência, referidos na ata, serão numerados seguidamente, autenticados pela mesa e por qualquer acionista que o solicitar, e arquivados na companhia (Lei das S.A., art. 130, § 1.º, “a”). Adicionalmente, a mesa, a pedido de acionista interessado, autenticará exemplar ou cópia de proposta, declaração de voto ou dissidência, ou protesto apresentado (Lei das S.A., art. 130, § 1.º, “b”).

Nos termos da legislação em vigor, serão tiradas certidões da ata da assembleia geral, devidamente autenticadas pelo presidente e secretário (Lei das S.A., art. 130, *caput*), que serão enviadas eletronicamente à CVM e à BM&FBOVESPA, apresentadas a registro na junta comercial do estado da sede da companhia e publicadas no diário oficial e no jornal de grande circulação (Lei das S.A., art. 135, § 1.º; art. 289). Companhias abertas poderão, desde que autorizado pela assembleia geral, publicar a ata com omissão das assinaturas dos acionistas (Lei das S.A., art. 130, § 2.º).

Desse modo, a Administração propõe que a ata da AGE seja lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, observados, obviamente, os requisitos acima mencionados, e sua publicação seja efetuado com a omissão dos acionistas.

8. ORDEM DO DIA

Conforme edital de convocação, a AGE será realizada para examinar, discutir e votar a respeito das seguintes matérias:

- (i) ratificação da aquisição do controle acionário das sociedades Red Cárnica S.A.S. e Red Industrial Colombiana S.A.S., concluída, sob condição resolutiva, em 25 de agosto de 2015, em atendimento ao disposto no artigo 256 da Lei das S.A.; e
- (ii) alteração do artigo 5.º e do *caput* e do artigo 6.º do estatuto da Companhia para contemplar a cifra atual do capital social, o número de ações emitidas e a quantidade de ações que ainda podem ser emitidas por deliberação do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado.

As subseções abaixo trazem informações e esclarecimentos a respeito da proposta da administração com relação a cada item da ordem do dia da AGE.

8.1. Ratificação da aquisição do controle acionário das sociedades Red Cárnica S.A.S. e Red Industrial Colombiana S.A.S., concluída, sob condição resolutiva, em 25 de agosto de 2015, em atendimento ao disposto no artigo 256 da Lei das S.A.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2015, aprovou a celebração de memorando de entendimentos para a aquisição da totalidade do capital social da Red Cárnica S.A.S. (“Red Cárnica”) e da Red Industrial Colombiana S.A.S. (“Red Industrial” e, em conjunto Red Cárnica, as “Sociedades Adquiridas”), sociedades com sede na República da Colômbia.

No dia 20 de fevereiro de 2015, em cumprimento à aprovação do Conselho, a Companhia celebrou com os acionistas da Red Cárnica e da Red Industrial, memorando de entendimentos que consubstanciava os principais termos e condições a serem negociados para a compra e aquisição, pela Companhia, de 100% (cem por cento) do capital social das Sociedades Adquiridas.

Posteriormente, em 31 de julho de 2015, foram celebrados os contratos definitivos referentes a tais aquisições, os quais estabeleciam certas condições precedentes, incluindo, entre outras, a obtenção das aprovações relevantes pelas autoridades concorrenciais colombianas.

Uma vez verificadas todas as condições precedentes, a aquisição das participações societárias nas Sociedades Adquiridas pela Companhia foi efetivada em 25 de agosto de 2015, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia.

Acerca da estrutura da aquisição, cumpre destacar que a Red Cárnica e Red Industrial Colombiana são titulares de uma planta de processamento e abate de bovinos com capacidade para abate e desossa de 850 cabeças/dia e está estrategicamente localizado em uma região privilegiada da Colômbia. A região de Córdoba é a maior produtora de carne do país, com diversas habilitações para exportação (Oriente Médio, Rússia, Egito, Hong Kong, Venezuela, Peru, Angola, entre outros) e acesso aos portos de Tolú, Cartagena e Barranquilla.

De acordo com o USDA, a Colômbia se destaca por possuir aproximadamente 25 milhões de cabeças de gado. O país apresenta importante potencial de crescimento da indústria frigorífica, desenvolvimento do mercado doméstico (população estimada em 45 milhões de habitantes) e aumento de participação nas exportações mundiais de carne bovina, com a possibilidade de abertura de novos mercados.

Ressalta-se, ainda, que a Minerva é titular de uma subsidiária na Colômbia dedicada à operação de exportação de gado vivo, desde novembro de 2010. Esta será integrada, depois da realização da operação, à estrutura do frigorífico, objetivando capturar sinergias e reduzir custos operacionais.

Segundo o disposto no item (xxii), do artigo 19 do estatuto social da Companhia, como regra geral, compete ao Conselho de Administração deliberar acerca do investimento pela Companhia em partições societárias.

Contudo, por força do artigo 256 da Lei das S.A., em certas circunstâncias, a compra, por companhia aberta, do controle de qualquer sociedade empresária, dependerá, necessariamente, de deliberação da assembleia-geral, a saber:

- (i) sempre que o preço de compra constituir, para a compradora, investimento relevante, conforme definido no parágrafo único do artigo 247 da Lei das S.A. (Lei das S.A., art. 256, I); ou
- (ii) sempre que o preço médio de cada ação ou quota da sociedade adquirida pago pela compradora ultrapassar 1,5x (uma vez e meia) o maior valor entre:
 - (a) cotação média das ações da sociedade adquirida em bolsa ou no mercado de balcão organizado, durante os 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação da operação; (b) valor de patrimônio líquido da ação ou quota da sociedade adquirida, avaliado o patrimônio a preços de mercado, ou (c) valor do lucro líquido projetado da ação ou quota da sociedade adquirida, que não pode ser superior a 15 (quinze) vezes a média do lucro líquido por ação ou

quota da sociedade adquirida nos 2 (dois) últimos exercícios sociais (Lei das S.A., art. 256, II).

Logrando subsidiar o acionista com informações suficientes para a tomada de decisão racional, o § 1.º do art. 256 determina aos administradores o dever de fornecerem à assembleia geral “todos os elementos necessários à deliberação”, incluindo laudo de avaliação, elaborado pelo critério que os administradores entenderem mais apropriado, para demonstrar os fundamentos econômicos da operação e justificar o preço de aquisição contratado.

Nessa trilha, a Lei das S.A. adotou uma estratégia de governança com atuação *a posteriori*, reduzindo os potenciais conflitos de interesses entre acionistas e administradores e entre majoritários e minoritários pela submissão de operações de aquisição não ordinárias ao crivo da assembleia geral extraordinária. Dissocia-se a iniciativa para realização da operação, que fica na mão dos administradores, da última palavra conferida aos acionistas, que podem vetar ou ratificar a negociação. O objetivo último é aumentar a possibilidade de monitoramento e controle da conduta dos administradores e controladores pelos demais acionistas da Companhia.

A par da estratégia de governança, a Lei das S.A. também utiliza uma estratégia regulatória ou prescritiva ao conferir direito de retirada da companhia, mediante reembolso do valor das ações, aos acionistas dissidentes da deliberação da assembleia geral extraordinária que aprovar a operação parâmetro (ii) acima (o preço de compra corresponder a 150% o maior valor das ações ou quotas da sociedade adquirida).

No tocante ao primeiro parâmetro, vale lembrar que, de acordo com o parágrafo único, alínea “a”, do art. 257 da Lei das S.A., considera-se relevante o investimento cujo “*valor contábil se é igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia*”.

Assim, a administração da Companhia constatou que, no momento em que se deu a aquisição das participações na Red Cárnica e Red Industrial Colombiana, tais participações constituíam investimento relevante para a Companhia, razão pela qual a aquisição ora em tela é submetida à apreciação da AGE.

Por outro lado, a administração verificou que o preço de aquisição não ultrapassa 1,5x o maior valor de avaliação das ações ou quotas das Sociedades Adquiridas, não sendo atingido, portanto, o segundo parâmetro previsto no art. 256, inciso II, conforme demonstrado nos quadros abaixo:

Red Cárnica				
	Preço por ação	Cotação média das ações em bolsa (Art. 256, I, 'a')	Patrimônio líquido da ação avaliado a preços de mercado (Art. 256, I, 'b')	Valor do lucro líquido da ação (Art. 256, I, 'c')
Valor	R\$ 0,5501096	N/A	R\$ 0,8033589	N/A
Comparação (preço/valor)		-	0,6847619413	-

Red Industrial				
	Preço por ação pago	Cotação média das ações em bolsa (Art. 256, I, 'a')	Patrimônio líquido da ação avaliado a preços de mercado (Art. 256, I, 'b')	Valor do lucro líquido da ação (Art. 256, I, 'c')
Valor	R\$ 8,9117964	N/A	R\$ 13,0144452	N/A
Comparação (preço/valor)		-	0,68476191363	-

Tendo em vista que as referidas sociedades são sociedades de capital fechado, cujas ações não são admitidas a negociação em bolsas de valores, o critério previsto no artigo 256, I, 'b' da Lei das S.A. não se aplica à aquisição das Sociedades Adquiridas. Da mesma forma, não é aplicável o critério estabelecido no artigo 256, I, 'c' da Lei das S.A., haja vista que as Sociedades Adquiridas não apuraram lucro nos 2 (dois) últimos exercícios sociais. O único critério de avaliação passível de utilização para apuração dos parâmetros legais é, pois, o patrimônio líquido por ação, ajustado a preços de mercado.

Conforme é possível depreender das tabelas acima, em ambos os casos, o preço por ação pago pela Companhia corresponde a, aproximadamente, 68,47% (sessenta e oito inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) do valor de patrimônio líquido ajustado por ação.

Visto que o preço de aquisição das Sociedades Adquiridas é inferior ao maior dos critérios previstos no inciso II do art. 256 da Lei das S.A., não haverá direito de retirada para os acionistas dissidentes da deliberação da AGE que venha a retificar as aquisições.

Em atendimento ao disposto no artigo 19 da ICVM 481/09, a análise completa das informações acerca de referida aquisição de controle está disponível à consulta de V. Sas. no Anexo I à presente Proposta.

Adicionalmente, o laudo de avaliação justificando a aquisição do controle da Red Cárnica e Red Industrial Colombiana, em conformidade com o previsto no § 1.º do artigo 256 da Lei das S.A., bem como os laudos de avaliação do valor de patrimônio líquido das ações das sociedades adquiridas, avaliados a preços de mercado, para fins de verificação dos

critérios estabelecidos na alínea II do artigo 256 da Lei das S.A., encontram-se disponíveis nas páginas eletrônicas da Companhia, da CVM e da BM&FBOVESPA na rede mundial de computadores.

Assim sendo, e pelas razões acima dispostas, a Administração propõe a V. Sas. a aprovação da ratificação da aquisição, pela Companhia, do controle acionário das sociedades Red Cárnica S.A.S. e Red Industrial Colombiana S.A.S.

8.2. alteração do artigo 5.º, e do *caput* e do artigo 6.º do estatuto da Companhia para contemplar a cifra atual do capital social, o número de ações emitidas e a quantidade de ações que ainda podem ser emitidas por deliberação do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 25 de maio de 2015, deliberou, dentro do limite do capital autorizado, aumentar o capital da Companhia no montante de R\$ 22.950.000,00 (vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta mil reais), com a emissão de 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, subscritas privadamente no âmbito da aquisição de 100% (cem por cento) das ações de emissão do Frigorífico Matadero Carrasco S.A. (“Frigorífico Carrasco”).

Em reunião realizada em 15 de junho de 2015, cuja ata foi retificada em 16 de junho de 2015, deliberou pelo aumento do capital da Companhia, no montante de R\$ 93.491.657,14 (noventa e três milhões, quatrocentos e noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos), com a emissão de 12.291.248 (doze milhões, duzentas e noventa e uma mil, duzentas e quarenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em decorrência da conversão voluntária de 93.492 (noventa e três mil, quatrocentas e noventa e duas) debêntures emitidas no âmbito do “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Pública, Obrigatoriamente Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única*”, datado de 19 de maio 2011, conforme alterado (“Debêntures da 2ª. Emissão”), em conformidade com a cláusula 4.8.1.5 do referido instrumento, em favor dos titulares das Debêntures da 2ª. Emissão.

Adicionalmente, em reunião realizada no dia 18 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 5.292,00 (cinco mil, duzentos e noventa e dois reais), com a emissão de 392 (trezentas e noventa e duas) ações novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, também no âmbito da aquisição de 100% das ações do Frigorífico Carrasco.

Por força da conversão de parcela das Debêntures da 2ª. Emissão e dos aumentos de capital relacionados à aquisição do Frigorífico Matadero Carrasco S.A., o capital social da Companhia passou de R\$ 834.151.098,40 (oitocentos e trinta e quatro milhões, cento e cinquenta e um mil, noventa e oito reais e quarenta centavos) dividido em 178.002.062 (cento

e setenta e oito milhões, duas mil e sessenta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, para R\$ 950.598.047,54 (novecentos e cinquenta milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), dividido em 191.993.702 (cento e noventa e um milhões, novecentas e noventa e três mil, setecentas e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia.

Faz-se necessário, então, alterar o artigo 5.º do estatuto da Companhia para contemplar a cifra atual do capital social e o número de ações emitidas pela Companhia, propondo-se que o referido dispositivo passe a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º. O capital social é de R\$ 950.598.047,54 (novecentos e cinquenta milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 191.993.702 (cento e noventa e um milhões, novecentas e noventa e três mil, setecentas e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal”.

A par da alteração da cifra do capital social e do número de ações existentes, visto que os aumentos acima mencionados foram efetivados por decisão do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, é preciso ajustar a redação do *caput* do artigo 6.º do estatuto da Companhia para consolidar o número de ações que ainda podem ser emitidas até o atingimento do limite autorizado pelo estatuto.

Nos termos do estatuto, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração e sem necessidade de reforma estatutária, está autorizada a emitir 202.351.518 (duzentos e dois milhões, trezentas e cinquenta e uma mil e quinhentas e dezoito) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Desde a data da autorização estatutária, o Conselho de Administração emitiu, dentro do limite, um total de 191.993.702 (cento e noventa e um milhões, novecentas e noventa e três mil, setecentas e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Por conseguinte, ainda pode ser emitido, dentro do capital autorizado, um total de 10.357.816 (dez milhões, trezentas e cinquenta e sete mil, oitocentas e dezesseis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Assim, para facilitar a compreensão dos acionistas, investidores e terceiros interessados, propõe-se reformar o *caput* do artigo 6.º do estatuto para contemplar o número de ações que ainda pode ser emitido pelo Conselho de Administração e sem reforma estatutária, passando referido dispositivo a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 202.351.518 (duzentos e dois milhões, trezentas e cinquenta e uma mil e quinhentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas, independente de reforma estatutária, de forma que poderão ser emitidas mais 10.357.816 (dez milhões, trezentas e cinquenta e sete mil, oitocentas e dezesseis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal”.

A administração da Companhia ressalta que as alterações ora propostas, de forma alguma, refletem qualquer alteração ao limite do capital autorizado da Companhia, sendo que a Companhia permanece autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 202.351.518 (duzentos e dois milhões, trezentas e cinquenta e uma mil e quinhentas e dezoito) ações independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do conselho de administração.

O quadro abaixo destaca as modificações propostas no caput do artigo 5.º e no caput do artigo 6.º do estatuto social da Companhia. Em observância ao inciso II do artigo 11 da ICVM 481/09, a administração da Companhia apresenta também a origem e a justificativa das alterações propostas, analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos:

Atual redação do estatuto social	Alteração proposta ao estatuto social
<p>Artigo 5º. O capital social é de R\$ 834.151.098,40 (oitocentos e trinta e quatro milhões, cento e cinquenta e um mil, noventa e oito reais e quarenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 178.002.062 (cento e setenta e oito milhões, duas mil e sessenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>Artigo 5º. O capital social é de R\$ <u>950.598.047,54 (novecentos e cinquenta milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)</u> 834.151.098,40 (oitocentos e trinta e quatro milhões, cento e cinquenta e um mil, noventa e oito reais e quarentas centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em <u>191.993.702 (cento e noventa e um milhões, novecentas e noventa e três mil, setecentas e duas)</u> 178.002.062 (cento e setenta e oito milhões, duas mil e sessenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>
<p>Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 202.351.518 (duzentos e dois milhões, trezentas e cinquenta e uma mil e quinhentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas, independente de reforma estatutária, de forma que poderão ser emitidas mais 24.349.456 (vinte e quatro milhões, trezentos e quarenta e nove mil, quatrocentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>	<p>Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 202.351.518 (duzentos e dois milhões, trezentas e cinquenta e uma mil e quinhentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas, independente de reforma estatutária, de forma que poderão ser emitidas mais <u>10.357.816 (dez milhões, trezentas e cinquenta e sete mil, oitocentas e dezesseis)</u> 24.349.456 (vinte e quatro milhões, trezentos e quarenta e nove mil, quatrocentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p>
<p>§ 1º. Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.</p>	<p>§ 1º. Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.</p>
<p>§ 2º. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações.</p>	<p>§ 2º. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações.</p>
<p>§ 3º. Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados</p>	<p>§ 3º. Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados</p>

ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.	ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.
§ 4º. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.	§ 4º. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.
<p><i>Justificativa e impactos:</i></p> <p>A alteração do caput do art. 5.º do estatuto social da Companhia visa meramente refletir o aumento de capital social aprovado pelo conselho de administração da Companhia nas reuniões realizadas em 25 de maio, 15 de junho e 18 de junho de 2015, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência (i) da conversão de 93.492 (noventa e três mil, quatrocentas e noventa e duas) Debêntures da 2.ª Emissão da Companhia e (ii) da emissão de ações a serem entregues no âmbito da aquisição da Frigorífico Matadero Carrasco S.A., bem como em razão do exercício do direito de preferência dos acionistas da Companhia em decorrência de tal aumento.</p> <p>A alteração ao <i>caput</i> do art. 6.º do estatuto social visa somente refletir a redução do número de ações que ainda podem ser emitidas dentro do limite do capital autorizado, tendo em vista que o número de ações atualmente emitidas pela Companhia foi aumentado em razão de deliberação do aumento do capital social com conversão de parcela das Debêntures da 2ª Emissão em ações da Companhia conforme as deliberações do conselho de administração mencionadas acima.</p> <p>A administração da Companhia não vislumbra quaisquer impactos econômicos ou jurídicos decorrentes da referida alteração, uma vez que o efetivo aumento e a consequente emissão e entrega das ações aos detentores das Debêntures da 2ª. Emissão já foi efetivada mediante deliberação do conselho de administração, de forma que a presente proposta visa apenas adequar os referidos dispositivos do Estatuto Social à realidade fática.</p>	

De forma a atender o disposto no inciso I do artigo 11 da ICVM 481/09, o Anexo II à presente Proposta contempla uma cópia do estatuto social consolidado da Companhia, contendo, em destaque, as alterações acima propostas.

9. Conclusões

Pelos motivos acima, a administração da Companhia submete a presente Proposta à apreciação de V.Sas. e recomenda a sua **integral aprovação**.

10. Documentos para consulta

Todos os documentos relativos aos assuntos propostos, a serem submetidos à Assembleia Geral Extraordinária, incluindo esta Proposta, estão disponíveis à consulta de V. Sas. na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia

(www.minervafoods.com), da BM&FBOVESPA e da Comissão de Valores Mobiliários na rede mundial de computadores (*internet*).

Barretos, 22 de dezembro de 2015.

Edivar Vilela de Queiroz
Presidente do Conselho de Administração

MINERVA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 67.620.377/0001-14

NIRE 35.300.344.022 – CVM 02093-1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2016

ANEXO I

AQUISIÇÃO DE CONTROLE (Anexo 19 da ICVM 481)

1. Descrever o negócio:

Trata-se de operação de aquisição, pelo Minerva S.A. (“Companhia”) de controle acionário (i) da Red Cárnica S.A.S. e (ii) da Red Industrial Colombiana S.A.S. (em conjunto, as “Sociedades Adquiridas”), concluída no dia 25 de agosto de 2015, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia. As Sociedades Adquiridas são detentoras de uma planta de processamento e abate de bovinos com capacidade para abate e desossa de 850 cabeças/dia e está estrategicamente localizado em uma região privilegiada da Colômbia.

A aquisição compreendeu (i) 49.114.827 (quarenta e nove milhões, cento e quatorze mil, oitocentas e vinte e sete) ações ordinárias, com direito a voto, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Red Cárnica S.A.S., pelo valor total de COP 23.995.150.012 (vinte e três bilhões, novecentos e noventa e cinco milhões, cento e cinquenta mil e doze cinco pesos colombianos), equivalente a R\$ 27.018.538,92 (vinte e sete milhões, dezoito mil, quinhentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), com base na taxa de conversão¹ da data da aquisição e (ii) 574.239 (quinhentas e setenta e quatro mil, duzentas e trinta e nove) ações ordinárias, com direito a voto, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Red Industrial Colombiana S.A.S., pelo valor total de COP 4.544.849.988 (quatro bilhões, quinhentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e oito pesos colombianos), equivalente a R\$ 5.117.501,08 (cinco milhões, cento e dezessete mil, quinhentos e um reais e oito centavos), com base na taxa de conversão¹ da data da aquisição (“Aquisição”).

2. Informar a razão, estatutária ou legal, pela qual o negócio foi submetido à aprovação da assembleia:

¹ Taxa de câmbio do dia 24 de agosto de 2015: COP/R\$ 0,001126

A presente aquisição se enquadra no critério previsto no inciso I do artigo 256 da Lei das S.A., tendo em vista que o valor total pago pela Companhia para aquisição das ações das Sociedades Adquiridas representava investimento relevante, nos termos do artigo 247 da Lei das S.A., tendo em vista que, na data da aquisição, tal montante era superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia.

3. Relativamente à sociedade cujo controle foi ou será adquirido:

a. Informar o nome e qualificação:

Tanto a da Red Cárnica S.A.S. quanto a Red Industrial Colombiana S.A.S. são sociedades anônimas constituídas e existentes de acordo com as leis da República da Colômbia, com sede no município de Ciénaga de Oro, no distrito de Córdoba.

b. Número de ações ou quotas de cada classe ou espécie emitidas:

O número total de ações emitidas e em circulação da Red Cárnica S.A.S. é de 49.114.827 (quarenta e nove milhões, cento e quatorze mil, oitocentas e vinte e sete) ações ordinárias com direito a voto, com valor nominal de COP 500 (quinhentos pesos colombianos) por ação. O número total de ações emitidas e em circulação da Red Industrial Colombiana S.A.S. é de 574.239 (quinhentas e setenta e quatro mil, duzentas e trinta e nove) ações ordinárias com direito a voto, com valor nominal de COP 500 (quinhentos pesos colombianos) por ação.

c. Listar todos os controladores ou integrantes do bloco de controle, diretos ou indiretos, e sua participação no capital social, caso sejam partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não existem controladores ou integrantes do bloco de controle das Sociedades Adquiridas que sejam partes relacionadas da Companhia.

d. Para cada classe ou espécie de ações ou quota da sociedade cujo controle será adquirido, informar:

i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 3 (três) anos:

Não aplicável, tendo em vista que as Sociedades Adquiridas são sociedades de capital fechado e não possuem suas ações negociadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado.

ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 2 (dois) anos:

Não aplicável, tendo em vista que as Sociedades Adquiridas são sociedades de capital fechado e não possuem suas ações negociadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado.

iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 6 (seis) meses:

Não aplicável, tendo em vista que as Sociedades Adquiridas são sociedades de capital fechado e não possuem suas ações negociadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado.

iv. Cotação média, nos mercados em que são negociadas, nos últimos 90 dias:

Não aplicável, tendo em vista que as Sociedades Adquiridas são sociedades de capital fechado e não possuem suas ações negociadas em bolsas de valores ou mercados de balcão organizado.

v. Valor de patrimônio líquido a preços de mercado, se a informação estiver disponível:

Conforme laudos de avaliação, (i) o valor do patrimônio líquido da Red Cárnica S.A.S., avaliado a preços de mercado, tendo como base a data de 31 de julho de 2015, é de R\$ 39.456.832,00 (trinta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais), e (ii) o valor do patrimônio líquido da Red Industrial Colombiana S.A.S. avaliado a preços de mercado, é de R\$ 7.473.402,00 (sete milhões, quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e dois reais). Desta forma, observa-se que o valor de patrimônio líquido avaliado a preços de mercado da ação da Red Cárnica S.A.S. é de R\$ 0,8033589 e o valor da ação da Red Industrial Colombiana S.A.S. é de R\$ 13,01444520.

vi. Valor do lucro líquido anual nos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atualizado monetariamente:

As Sociedades Adquiridas não apuraram lucro durante os 2 (dois) últimos exercícios sociais.

4. Principais termos e condições do negócio, incluindo:

a. Identificação dos vendedores:

Os vendedores da totalidade das ações das Sociedades Adquiridas são (i) Manzur Aldana & Cía. S. en C., que detinha 1,24% do capital social da Red Cárnica S.A.S., (ii) Promotora de Proyectos Alimenticios S.A.S., que detinha 60,20% do capital social da Red Cárnica S.A.S., e 50,18% do capital da Red Industrial Colombiana S.A.S., (iii) Agropecuaria Pérez Echeverri S.A.S., que detinha 19,28% do capital social da Red Cárnica S.A.S., e 24,91% do capital da Red Industrial Colombiana S.A.S. e (iv) Pelmasa Peláez y Cía. S.C.A., que detinha 19,28% do capital social da Red Cárnica S.A.S., e 24,91% do capital da Red Industrial Colombiana S.A.S (em conjunto, os “Vendedores”).

b. Número total de ações ou quotas adquiridas ou a serem adquiridas:

Foram adquiridas (i) 49.114.827 (quarenta e nove milhões, cento e quatorze mil, oitocentas e vinte e sete) ações ordinárias de emissão da Red Cárnica S.A.S., representativas de 100% (cem por cento) do seu capital social; e (ii) 574.239 (quinhentas e quarenta e uma mil, duzentas e vinte e sete) ações ordinárias de emissão da Red Industrial Colombiana S.A.S., representativas de 100% (cem por cento) do seu capital social.

c. Preço total:

O preço total de aquisição foi de COP 28.540.000.000 (vinte e oito bilhões, quinhentos e quarenta milhões de pesos colombianos), equivalente à R\$ 32.136.040,00 (trinta e dois milhões, cento e trinta e seis mil e quarenta reais), com base na taxa de conversão² da data da aquisição. Contudo, cumpre ressaltar que parcela do referido preço de aquisição no montante de COP 5.000.000.000 (cinco bilhões de pesos colombianos) será retida para o pagamento de eventuais indenizações devidas pelos Vendedores à Companhia, conforme detalhadamente descrito no item “j” abaixo.

d. Preço por ação ou quota de cada espécie ou classe:

O preço de aquisição por ação da Red Cárnica S.A.S. foi de, aproximadamente, R\$0,5501096, com base na taxa de conversão³ da data da aquisição. O preço de aquisição por ação da Red Industrial Colombiana S.A.S. foi de, aproximadamente, R\$ 8,9117964, com base na taxa de conversão⁵ da data da aquisição.

² Taxa de câmbio do dia 24 de agosto de 2015: COP/R\$ 0,001126

³ Taxa de câmbio do dia 24 de agosto de 2015: COP/R\$ 0,001126

e. Forma de pagamento:

Foi acordado que o pagamento será realizado em espécie, em moeda corrente da Colômbia, conforme descrito a seguir:

(i) Uma parcela à vista, no valor de COP 17.000.000.000 (dezessete bilhões de pesos colombianos), sendo 14.292.836.377 (quatorze bilhões, duzentos e noventa e dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil, trezentos e setenta e sete pesos colombianos) referentes às ações da Red Cárnica S.A.S. e 2.707.163.623 (dois bilhões, setecentos e sete milhões, cento e sessenta e três mil, seiscentas e vinte e três pesos colombianos) referentes às ações da Red Industrial Colombiana S.A.S, foi paga pela Companhia aos Vendedores, em espécie, na data de fechamento da operação, i.e. dia 25 de agosto de 2015;

(ii) Uma parcela a prazo, no valor de COP 6.540.000.000 (seis bilhões quinhentos e quarenta milhões de pesos colombianos), sendo 5.498.538.230 (cinco bilhões, quatrocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta pesos colombianos) referentes às ações da Red Cárnica S.A.S. e 1.041.461.770 (um bilhão, quarenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e setenta pesos colombianos) referentes às ações da Red Industrial Colombiana S.A.S, será paga no prazo de 6 (seis) meses após a data de fechamento, i.e. dia 25 de fevereiro de 2016; e

(iii) Uma parcela no montante de COP 5.000.000.000 (cinco bilhões de pesos colombianos) será depositada em uma conta vinculada com movimentação restrita, permanecendo em garantia das obrigações de indenização assumidas pelos Vendedores. O saldo da referida conta vinculada será liberado aos Vendedores no prazo de três contados da data de fechamento, sendo COP 1.000.000.000 (um bilhão de pesos colombianos) liberados no primeiro aniversário da data de fechamento, COP 1.000.000.000 (um bilhão de pesos colombianos) liberados no segundo aniversário da data de fechamento, e o saldo remanescente liberado no terceiro aniversário da data de fechamento.

f. Condições suspensivas e resolutivas a que está sujeito o negócio:

Todas as condições suspensivas a que a operação estava sujeita já foram verificadas até a presente data. A compra e venda das Sociedades Adquiridas permanece sujeita à condição resolutiva de que os termos e condições da aquisição sejam aprovados pela assembleia geral de acionistas da Companhia.

g. Resumo das declarações e garantias dos vendedores:

Resumidamente, os Vendedores declararam e garantiram à Companhia, dentre outras declarações e garantias, que:

(i) as Sociedades Adquiridas são sociedades devidamente constituídas e existentes de acordo com as leis da República da Colômbia, sendo que (a) a Red Cárnica S.A.S. possuía, na data de fechamento da operação, capital social no montante de COP 24.557.413.500 (vinte e quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e treze mil e quinhentos pesos colombianos), representado por 49.114.827 (quarenta e nove milhões, cento e quatorze mil, oitocentas e vinte e sete) ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, com valor nominal de COP 500 (quinhentos pesos colombianos) cada uma, e (b) a Red Industrial Colombiana S.A.S. possuía, na data de fechamento da operação, capital social no montante de COP 266.860.000 (duzentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e sessenta mil pesos colombianos), representado por 574.239 (quinhentas e trinta e três mil, setecentas e vinte) ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, com valor nominal de COP 500 (quinhentos pesos colombianos) cada uma;

(ii) os Vendedores são os únicos e legítimos proprietários das ações das Sociedades Adquiridas transferidas à Companhia por meio da operação, e referidas ações estão devidamente subscritas e integralizadas, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, e representam 100% (cem por cento) do capital social de cada uma das Sociedades Adquiridas;

(iii) não há acordos ou processos de reorganizações societárias, subscrição, resgate ou recompra de ações ou venda de ativos envolvendo as Sociedades Adquiridas;

(iv) na data de fechamento da operação, as Sociedades Adquiridas não possuíam qualquer endividamento com terceiros;

(viii) a celebração do contrato de compra e venda de ações não viola qualquer obrigação, acordo, contrato, lei ou regulamento aplicável aos Vendedores ou às Sociedades Adquiridas, nem onera as ações transferidas para a Companhia, e todas as autorizações exigíveis foram obtidas;

(ix) não há restrições à transferência das ações das Sociedades Adquiridas;

(x) as Sociedades Adquiridas recolheram todos os tributos e apresentaram tempestivamente às autoridades fiscais todas as declarações de impostos exigidas nos

termos da legislação aplicável e não foram notificadas por escrito acerca da existência de qualquer auditoria ou investigação tributária;

(xi) as Sociedades Adquiridas cumprem com todos os termos da legislação aplicável ao seus ramos de atuação, incluindo com relação à legislação ambiental, trabalhista, fiscal e previdenciária, e estão adimplente com todos os requisitos legais e regulamentares, bem como possui todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias para o exercício de suas atividades; e

(xii) as Sociedades Adquiridas mantém atualizada e correta a sua contabilidade e os seus livros societários; dentre outros.

h. Regras sobre indenização dos compradores:

Os Vendedores se comprometeram, de forma solidária, a indenizar, defender e manter indene a Companhia por quaisquer perdas, danos, custos, multas, prejuízos, despesas (inclusive decorrentes de honorários de advogados, contadores e peritos) que sejam resultantes de (i) falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou garantia feita pelos Vendedores; (ii) qualquer descumprimento por parte dos Vendedores de suas obrigações, nos termos do contrato de compra e venda; (iii) qualquer descumprimento de legislação ambiental aplicável por parte das Sociedades Adquiridas, seus diretores ou empregados, ocorrida anteriormente à data de fechamento; (iv) qualquer descumprimento de legislação trabalhista aplicável por parte das Sociedades Adquiridas, seus diretores ou empregados, ocorrida anteriormente à data de fechamento.

i. Aprovações governamentais necessárias:

A aquisição das ações de emissão das Sociedades Adquiridas pela Companhia estava sujeita a não apresentação de objeção pela autoridade antitruste da Colômbia (*Superintendencia de Industria y Comercio*). Em 14 de agosto de 2015, a *Superintendencia de Industria y Comercio* autoridade antitruste da Colômbia confirmou o recebimento do pedido de apreciação formulado e informou que está avaliando a operação.

j. Garantias outorgadas:

A Companhia não outorgou qualquer garantia aos Vendedores com relação ao pagamento da parcela a prazo do preço de aquisição das Sociedades Adquiridas, ou de suas demais obrigações no âmbito do contrato de compra e venda das ações das Sociedades Adquiridas.

Os Vendedores, por sua vez, irão manter uma parcela do preço de aquisição no montante de COP 5.000.000.000 (cinco bilhões de pesos colombianos), que se

tornara devida em fevereiro de 2016, retida em uma conta vinculada em garantia de eventuais obrigações de indenização decorrentes do contrato de compra e venda de ações. O referido montante permanecerá depositado em conta *escrow* pelo prazo de três anos, sendo liberado de acordo com o seguinte cronograma: (i) COP 1.000.000.000 (um bilhão de pesos colombianos) liberados no primeiro aniversário da data de fechamento da compra e venda, (ii) COP 1.000.000.000 (um bilhão de pesos colombianos) liberados no segundo aniversário da data de fechamento da compra e venda, e (iii) o saldo remanescente, descontado de todas as indenizações devidas pelos Vendedores à Companhia, nos termos do contrato de compra e venda, será liberado no terceiro aniversário da data de fechamento.

5. Descrever o propósito do negócio:

O propósito do negócio consiste em a Companhia fortalecer e ampliar a sua presença em negócios internacionais, priorizando-se, nesse movimento, o mercado colombiano, bem como complementar a sua estratégia de crescimento e de criação de valor. Além disso, a operação em tela permite à Companhia potencializar negócios e captar sinergias entre os seus negócios na Colômbia e os negócios da empresa adquirida, gerando valor para os acionistas da Companhia.

6. Fornecer análise dos benefícios, custos e riscos do negócio:

Os maiores benefícios para a Companhia com a consecução do negócio em tela relacionam-se com o atingimento de etapa importante do plano de crescimento da Companhia na América do Sul, anunciado em 2012. Com este movimento pioneiro para Colômbia, a Companhia, que já possui operações no Brasil, Paraguai e Uruguai, reforça sua estratégia de diversificação geográfica e participação em novos mercados. A internacionalização das operações oferece vantagens competitivas, mitigação de riscos e permite maior arbitragem entre os mercados.

Os principais custos envolvidos na operação são: (i) honorários de assessores legais, auditores e consultores externos, e (ii) de forma a maximizar o potencial produtivo da planta frigorífica operada pelas Sociedades Adquiridas, será necessário que a Companhia realize investimentos em bens de capital (CAPEX) no montante estimado de US\$18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares estadunidenses).

Os riscos apresentados pela conclusão e efetivação do negócio são os mesmos riscos inerentes ao negócio de bovinos, no qual a Companhia opera.

7. Informar quais custos serão incorridos pela companhia caso o negócio não seja aprovado:

Caso o negócio não seja aprovado, os custos a serem incorridos pela Companhia serão honorários e despesas despendidos com os assessores legais, auditores e consultores externos que auxiliaram na operação, incluindo serviços de *due diligence*, avaliação econômico-financeira, modelo e plano de negócios e estrutura da operação dos negócios. Adicionalmente, a Companhia estará sujeita a custos decorrentes da rescisão do contrato celebrado, incluindo eventuais indenizações por quebra contratual e custos relacionados com assessores legais contratados.

8. Descrever as fontes de recursos para o negócio:

Para o pagamento do preço de aquisição a Companhia utilizou recursos próprios mantidos em caixa.

9. Descrever os planos dos administradores para a companhia cujo controle foi ou será adquirido:

Os planos da Administração para as Sociedades Adquiridas estão relacionados com a estratégia de diversificação geográfica e participação em novos mercados, com internacionalização das operações na busca de vantagens competitivas, mitigação de riscos e maior arbitragem entre os mercados.

10. Fornecer declaração justificada dos administradores recomendando aprovação do negócio:

Tendo em vista os motivos acima expostos, a Administração recomenda a aprovação da transação, dado que a aquisição das Sociedades Adquiridas resultará em incremento potencial dos negócios e sinergias da Companhia, além do estabelecimento e desenvolvimento de novos canais comerciais para maximização de suas margens consolidadas.

11. Descrever qualquer relação societária existente, ainda que indireta, entre:

a. Qualquer dos vendedores ou a sociedade cujo controle foi ou será alienado:

Não há.

b. Partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não há.

12. Informar detalhes de qualquer negócio realizado nos últimos 2 (dois) anos por partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que

tratam desse assunto, com participações societárias ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida da sociedade cujo controle foi ou será adquirido:

Não há negócios que foram realizados nos últimos 2 (dois) por partes relacionadas da Companhia que envolvam participações societárias ou outros valores mobiliários das Sociedades Adquiridas.

13. Fornecer cópia de todos os estudos e laudos de avaliação, preparados pela companhia ou por terceiros, que subsidiaram a negociação do preço de aquisição:

Cópia dos laudos de avaliação para a aquisição do controle acionário das Sociedades Adquiridas, preparado pela Verdus Auditores Independentes em conformidade com o previsto no §1.º do artigo 256 da Lei das S.A., estão disponíveis nas páginas eletrônicas da Companhia (www.minervafoods.com), da BM&FBOVESPA e da CVM na rede mundial de computadores (*internet*).

14. Em relação a terceiros que prepararam estudos ou laudos de avaliação:

a. Informar o nome:

A denominação social da empresa especializada que elaborou o laudo de avaliação para a aquisição do controle das Sociedades Adquiridas é Verdus Auditores Independentes S/S

b. Descrever sua capacitação:

A Verdus Auditores Independentes é uma empresa especializada no mercado financeiro brasileiro, com dedicação relevante e metodologia específica a operações de fusões e aquisições, que atua por meio de equipe multidisciplinar capacitada que possui larga experiência na assessoria para elaboração de laudos desta natureza. Maiores detalhes acerca da experiência e capacitação da referida empresa podem ser consultados no item 6 do laudo de avaliação das Sociedades Adquiridas.

c. Descrever como foram selecionados:

A Verdus Auditores Independentes foi selecionada pela Companhia em função de critérios de qualificação, independência e preço.

d. Informar se são partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

A Verdus Auditores Independentes não é parte relacionada à Companhia.

MINERVA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 67.620.377/0001-14

NIRE 35.300.344.022 – CVM 02093-1

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2016, ÀS 10H**

ANEXO II

*Minuta da versão consolidada do estatuto social da Companhia
com as propostas de alterações destacadas*

ESTATUTO SOCIAL DO MINERVA S.A.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. O MINERVA S.A. (“**Companhia**”) é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor.

§1º. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“**Novo Mercado**” e “**BM&FBOVESPA**”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“**Regulamento do Novo Mercado**”).

Artigo 2º. A Companhia tem a sua sede e foro na Cidade de Barretos, Estado do São Paulo, no prolongamento da Avenida Antonio Manço Bernardes, s/nº, Rotatória Família Vilela de Queiroz, Chácara Minerva, CEP 14781-545, podendo abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação da Diretoria, observado o disposto no art. 21, inciso IV deste Estatuto Social.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto:

I. explorar a indústria e comércio de carnes, a agropecuária e, sob todas as suas modalidades, inclusive, mas sem limitação:

- (i) produzir, processar, industrializar, comercializar, comprar, vender, importar, exportar, distribuir, beneficiar e representar:
 - (a) gado bovino, ovino, suíno, aves e outros animais, em pé ou abatidos, bem como carnes, miúdos, produtos e subprodutos derivados dos mesmos, quer em estado natural, quer manufaturados, quer manipulados de qualquer forma ou maneira;
 - (b) pescados ou produtos comestíveis do mar;
 - (c) produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, comestíveis ou não, incluindo-se, mas não se limitando a, produtos para animais (tais como aditivos nutricionais para ração animal, rações balanceadas e alimentos preparados para animais), condimentos, glicerina, produtos de graxaria, higiene e limpeza pessoal e doméstica, colágeno, perfumaria e artigos de toucador, cosméticos, derivados de curtimento e outras atividades relacionadas à preparação de couro;
 - (d) proteínas e produtos alimentícios em geral, frescos ou preparados, transformados ou não, para os mercados brasileiro e estrangeiro;
 - (e) produtos relacionados à exploração das atividades acima relacionadas, tais como fitas de serra, facas, ganchos, uniformes e acessórios descartáveis e embalagens apropriadas;
 - (f) a indústria e a cultura canavieira, em terras próprias ou por meio de parceria agrícola em terras de terceiros, e o comércio de açúcar, álcool e seus derivados; e
 - (g) quaisquer produtos relacionados às atividades constantes dos itens anteriores.
- (ii) fundar, instalar e explorar matadouros, frigoríficos e estabelecimentos industriais destinados a elaborar e conservar, por qualquer processo de que sejam suscetíveis, as carnes e demais produtos provenientes de abate de gado de qualquer espécie;
- (iii) construir, comercializar, instalar, importar e exportar, por conta própria ou de terceiros, máquinas, peças de máquinas e aparelhos destinados ao preparo de carnes e seus derivados;
- (iv) explorar o negócio de armazéns gerais e depósitos, principalmente pelo frio, de carnes e seus derivados comestíveis e outros perecíveis;
- (v) construir, dar ou exercer a agência ou representação de frigoríficos, entrepostos, fábricas e produtores;

- (vi) gerar, produzir, comercializar, importar e exportar energia elétrica, biocombustível, e biodiesel e seus derivados, a partir de gordura animal, óleo vegetal e subprodutos e bioenergia;
- (vii) fabricar, comercializar, importar e exportar bebidas alcólicas e não alcoólicas em geral, incluindo destilados, e dióxido de carbono liquefeito, bem como explorar as atividades de engarrafamento de referidas bebidas, em estabelecimentos próprios ou de terceiros; e
- (viii) produzir, industrializar, distribuir, comercializar e armazenar produtos químicos em geral.
- II. prestar serviços a terceiros, inclusive de transporte de mercadorias;
- III. participar de outras sociedades, no País ou no exterior, como sócia, acionista ou quotista; e
- IV. praticar e realizar todos os atos jurídicos que tenham relação direta ou indireta com os objetivos sociais.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social é de R\$ 950.598.047, 54 (novecentos e cinquenta milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) 834.151.098,40 (oitocentos e trinta e quatro milhões, cento e cinquenta e um mil, noventa e oito reais e quarentas centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 191.993.702 (cento e noventa e um milhões, novecentas e noventa e três mil, setecentas e duas) 178.002.062 (cento e setenta e oito milhões, dois mil e sessenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 202.351.518 (duzentos e dois milhões, trezentas e cinquenta e uma mil e quinhentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas, independente de reforma estatutária, de forma que poderão ser emitidas mais 10.357.816 (dez milhões, trezentas e cinquenta e sete mil, oitocentas e dezesseis) 24.349.456 (vinte e quatro milhões, trezentas e quarenta e nove mil, quatrocentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º. Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma

estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

§ 2º. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações.

§ 3º. Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

§ 4º. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 7º. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, sendo vedada a emissão de ações preferenciais, e cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 8º. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) designada pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

Parágrafo Único. O custo de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Artigo 9º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”) ou deste Estatuto Social.

§ 1º. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se houver, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 2º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, observado o disposto no artigo 45, § 1º, deste Estatuto Social.

§ 3º. A Assembleia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta, ou a saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 4º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A..

§ 5º. Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

§ 6º. As atas de Assembleia Geral deverão ser lavradas no Livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 11. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

Artigo 12. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- II. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- III. reformar o Estatuto Social;

- IV. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- V. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- VI. aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;
- VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- VIII. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- IX. deliberar a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, nas hipóteses previstas no capítulo VII deste Estatuto Social;
- X. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;
- XI. escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

§ 1º. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador a ser empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 2º. Os administradores, designados especificamente Conselheiros, se parte do Conselho de Administração, e Diretores, se parte da Diretoria, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

§ 3º. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14. A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.

Artigo 15. Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes.

Parágrafo Único. Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os Conselheiros que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 16. O Conselho de Administração será composto por 10 (dez) membros e seus respectivos suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. No mínimo 20% (vinte por cento) dos Conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido no § 3º deste artigo, expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei das S.A..

§ 2º. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 3º. Para os fins deste artigo, o termo “Conselheiro Independente” significa o Conselheiro que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador (conforme definido no artigo 37 deste Estatuto Social),

cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a Companhia ou a entidade relacionada ao Acionista Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

§ 4º. Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

§ 5º. O Conselheiro ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

§ 6º. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 17. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 2 (dois) Vice-Presidentes, que serão eleitos pela maioria absoluta dos votos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.

§ 1º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer um dos 2 (dois) Vice-Presidentes, e serão presididas exclusivamente pelo Presidente do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses em que indique por escrito outro Conselheiro para presidir os trabalhos.

§ 2º. Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão (ou ao seu suplente, conforme o caso), além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação. Cada Conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos conselheiros presentes na respectiva reunião.

§ 3º. Na hipótese de ausência temporária ou vacância decorrente de renúncia, morte ou por qualquer outro motivo previsto em lei de um membro do Conselho de Administração, enquanto não for efetivada a substituição, o respectivo suplente do Conselheiro em questão poderá participar e votar nas reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 18. O Conselho de Administração reunir-se-á (i) ao menos uma vez por trimestre, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer um dos 2 (dois) Vice-Presidentes do Conselho de Administração, por escrito, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela reunião, se houver. Qualquer Conselheiro poderá, através de solicitação escrita ao Presidente, incluir itens na ordem do dia. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião trimestral; e (ii) em reuniões especiais, a qualquer tempo, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer um dos 2 (dois) Vice-Presidentes do Conselho de Administração, por escrito, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada, objetivos da reunião e documentos a serem considerados, se houver. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia das reuniões especiais.

§ 1º. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.

§ 2º. As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue a cada Conselheiro com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, a menos que a maioria dos seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, sendo que uma cópia da referida ata será entregue a cada um dos membros após a reunião.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II. eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições;
- III. fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

IV. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

V. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

VI. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

VII. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral para fins de retenção de lucros;

VIII. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;

IX. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

X. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

XI. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o fechamento de plantas industriais, no País ou no exterior;

XII. (A) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; e (B) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia que tenha por objeto as matérias listadas nos itens III, IV, V e VI do artigo 12 deste Estatuto Social e nos itens XV, XXIII, XXIV, XXV e XXVI deste artigo 19, sendo certo que a Diretoria da Companhia será competente para aprovar o voto da Companhia em qualquer outra deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia que não tenha por objeto as matérias especificadas acima;

XIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das

ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;

XIV. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, como previsto no § 2º do artigo 6º deste Estatuto Social;

XV. outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral;

XVI. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

XVII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

XVIII. deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (a) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate; (b) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver; e (c) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

XIX. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “commercial papers”, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

XX. estabelecer o valor da participação nos lucros dos Diretores e empregados da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação;

XXI. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

XXII. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

XXIII. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

XXIV. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

XXV. aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e empresas ligadas (conforme definição constante do Regulamento do Imposto de Renda) aos administradores, sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio;

XXVI. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

XXVII. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor, do que se lavrará ata no livro próprio;

XXVIII. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

XXIX. aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários da Companhia;

XXX. definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no artigo 45 deste Estatuto Social;

XXXI. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos

acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

XXXII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;

XXXIII. instituir Comitês e estabelecer os respectivos regimentos e competências; e

XXXIV. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento.

Seção III - Diretoria

Artigo 20. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de 2 (dois) a 8 (oito) Diretores, os quais serão designados Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Comercial e de Logística, Diretores Executivos, Diretor de Suprimentos e Diretor de Operações. Os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório. Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

§ 2º. Nos casos de renúncia ou destituição do Diretor Presidente, ou, em se tratando do Diretor de Relações com Investidores, quando tal fato implicar na não observância do número mínimo de Diretores, o Conselho de Administração será convocado para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.

§ 3º. Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios e do plano plurianual da Companhia; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior; (v) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional;

(vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas Assembleias Gerais ou outros atos societários de sociedades das quais participar; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

§ 4º. Compete ao Diretor de Finanças: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de finanças e contábil da Companhia; (ii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos, bem como as políticas de *hedge* pré-definidas pelo Diretor Presidente; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

§ 5º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de relações com investidores da Companhia; (ii) representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

§ 6º. Compete ao Diretor Comercial e de Logística: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas comercial e de logística; (ii) estabelecer a política de relacionamento com clientes em linha com os segmentos e mercados de atuação; (iii) estabelecer metas de vendas para a equipe da área comercial; (iv) monitorar a inadimplência da carteira de clientes; (v) manter relacionamento com os principais provedores de serviços; (vi) coordenar as negociações de custos; e (vii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

§ 7º. Compete aos Diretores Executivos, individualmente: (i) auxiliar o Diretor Presidente na supervisão, coordenação, direção e administração das atividades e dos negócios da Companhia; e (ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

§ 8º. Compete ao Diretor de Suprimentos: (i) definir a política de compras da empresa; (ii) gerenciar as atividades de compra de gado, carne de terceiros, matérias-primas, embalagens e demais insumos utilizados no processo produtivo da empresa; (iii) manter relacionamento com os principais fornecedores da empresa; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

§ 9º. Compete ao Diretor de Operações: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de operação das unidades frigoríficas localizadas no Brasil, desde a compra da matéria prima, industrialização e venda para o mercado externo, sendo responsável pelo resultado econômico sustentável da unidade de negócio; (ii) realizar uma gestão eficaz de planejamento,

organização, direção e controle de toda as unidades frigoríficas localizadas no Brasil; (iii) assegurar a plena capacidade operacional das unidades industriais, de acordo com as estratégias corporativas; (iv) assegurar a viabilidade orçamentária da área, através da gestão dos recursos, definindo metas, objetivos e indicadores de desempenho das unidades; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 21. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixado pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 deste Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II. elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

III. propor, ao Conselho de Administração, o orçamentos anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente;

IV. deliberar sobre a instalação e o fechamento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer ponto do País ou do exterior; e

V. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Artigo 22. A Diretoria se reúne validamente com a presença de 2 (dois) Diretores, sendo um deles sempre o Diretor Presidente, e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes, sendo atribuído ao Diretor Presidente o voto de qualidade no caso de empate na votação.

Artigo 23. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião.

Artigo 24. As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

Artigo 25. Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes.

Artigo 26. A Companhia será sempre representada, em todos os atos, (i) pela assinatura conjunta do Diretor Presidente ou de qualquer dos Diretores Executivos com outro Diretor, ou (ii) pela assinatura do Diretor Presidente ou de qualquer dos Diretores Executivos em conjunto com um procurador, desde que investido de especiais e expressos poderes; ou ainda (iii) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes.

§ 1º. Todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente ou por qualquer dos Diretores Executivos, individualmente, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicium*, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.

§ 2º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião e nos casos de prestação, pela Companhia, de avais, abonos e fianças para empresas controladas ou coligadas, em qualquer estabelecimento bancário, creditício ou instituição financeira, departamento de crédito rural, de crédito comercial, de contratos de câmbio, e outras operações aqui não especificadas.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 27. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Artigo 28. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal terão mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

§ 3º. A posse dos membros do Conselho Fiscal far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal a ser empossado, e estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 4º. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

§ 5º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 29. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

§ 1º. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

§ 2º. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

§ 3º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

Artigo 30. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das S.A..

CAPÍTULO VI DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Artigo 31. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Artigo 32. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190

da Lei das S.A., conforme o disposto no § 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução:

(a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das S.A. exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;

(c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;

(d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (e) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.;

(e) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações; e

(f) o lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias poderá ser destinado à formação de reserva para expansão, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia.

§ 1º. A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º da Lei das S.A..

§ 2º. A distribuição da participação nos lucros em favor dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria somente poderá ocorrer nos exercícios em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Artigo 33. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio dos últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

§ 1º. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

§ 2º. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

Artigo 34. A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;
- (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e
- (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 35. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 36. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII

ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO,

CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA, SAÍDA DO NOVO MERCADO E PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA

Seção I - Definições

Artigo 37. Para fins deste Capítulo VII, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“**Acionista Controlador**” significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

“**Acionista Controlador Alienante**” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

“**Ações de Controle**” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“**Ações em Circulação**” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

“**Alienação de Controle da Companhia**” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“**Adquirente**” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

“**Grupo de Acionistas**” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

“**Poder de Controle**” ou “**Controle**” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“**Valor Econômico**” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Seção II – Alienação do Controle da Companhia

Artigo 38. A Alienação do Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

§ 1º. A oferta pública de que trata este artigo será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

§ 2º. O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o Adquirente, enquanto este não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

§ 3º. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, que será imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

§ 4º. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscreto o Termo de Anuência referido no § 2º deste artigo, que será imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

Artigo 39. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

I. efetivar a oferta pública referida no artigo 38 deste Estatuto Social; e

II. pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; e

III. tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Seção III – Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 40. Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, elaborado nos termos do artigo 45 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 41. Caso (i) seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 45, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 42. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso (i) seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado, para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 41 acima.

§ 1º. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§ 2º. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 43. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 45 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º. O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

§ 2º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§ 3º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§ 4º. Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º deste artigo delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 44. Na hipótese de não haver Controlador e a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

§ 1º. Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

§ 2º. O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* e no § 1º deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BM&FBOVESPA para esse fim, o que for menor.

Artigo 45. O laudo de avaliação das ofertas de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, ou de saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como do poder de decisão destes, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo 8º.

§ 1º. A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. A Assembleia Geral prevista neste § 1º, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 2º. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Seção IV - Proteção da Dispersão da Base Acionária

Artigo 46. Qualquer Novo Acionista Relevante (conforme definido no § 11 deste artigo), que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do seu capital social deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste artigo. O Novo Acionista Relevante deverá solicitar o registro da referida oferta no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em direitos em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

§ 1º. A oferta pública de aquisição de ações deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no § 2º deste artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta de ações de emissão da Companhia.

§ 2º. O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do preço de emissão de ações verificado em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrida no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste artigo, valor esse que deverá ser devidamente atualizado pelo IPCA desde a data de emissão de ações para aumento de capital da Companhia até o momento de liquidação financeira da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste artigo; (iii) 135% (cento e trinta e cinco por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da oferta, ponderada pelo volume de negociação na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do preço unitário mais alto pago pelo Novo Acionista Relevante, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação na Companhia na oferta que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da oferta prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

§ 3º. A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 4º. O Novo Acionista Relevante estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à oferta pública de aquisição de ações, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

§ 5º. Na hipótese do Novo Acionista Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, até mesmo no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública de aquisição de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Novo Acionista Relevante não poderá votar para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Novo Acionista Relevante que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das S.A., sem prejuízo da responsabilidade do Novo

Acionista Relevante por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

§ 6º. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas. Ainda, o disposto neste artigo não se aplica aos acionistas da Companhia e seus sucessores na data de eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado.

§ 7º. Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

§ 8º. A Assembleia Geral poderá dispensar o Novo Acionista Relevante da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista neste artigo, caso seja do interesse da Companhia.

§ 9º. Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações de emissão da Companhia poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem assembleia especial de acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do preço da aquisição, cujo laudo de avaliação deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido no artigo 45, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei das S.A. e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nos termos deste Capítulo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Novo Acionista Relevante.

§ 10. Caso a assembleia especial referida acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da oferta pública para a aquisição de ações, poderá o Novo Acionista Relevante dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos artigos 23 e 24 da Instrução CVM 361/02, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 (três) meses contados da data da mesma assembleia especial.

§ 11. Para fins deste artigo, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“**Novo Acionista Relevante**” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Bloco de Acionistas.

“**Bloco de Acionistas**” significa o conjunto de 2 (dois) ou mais acionistas da Sociedade: (i) que sejam partes de acordo de voto; (ii) se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais; (iii) que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou (iv) que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e *trusts*, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não. No caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como um Bloco de Acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

Seção V - Disposições Comuns

Artigo 47. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII deste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação aplicável.

Parágrafo Único. Não obstante o previsto neste artigo e nos artigos 46 e 48 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 48. A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação das ofertas públicas de aquisição de ações previstas neste Capítulo VII deste Estatuto, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VIII JUÍZO ARBITRAL

Artigo 49. A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., neste Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daqueles constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

§ 1º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral caso ainda não tenha sido constituído o Tribunal Arbitral, as partes poderão requerer diretamente ao Poder Judiciário as medidas conservatórias necessárias à prevenção de dano irreparável ou de difícil reparação, e tal proceder não será considerado renúncia à arbitragem, nos termos do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

§ 2º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitro(s) escolhido(s) na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

CAPÍTULO IX DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 50. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 51. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. e, no que couber, pelo Regulamento do Novo Mercado, nos termos de seu item 14.4.

Artigo 52. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

Artigo 53. Os termos grafados com iniciais maiúsculas utilizados neste Estatuto Social que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento do Novo Mercado.
